

AUTORES

Pedro Uetela*

uetelaha@yahoo.com

* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista Capes-PECPG

Brasil-Moçambique: um estudo comparativo sobre o estabelecimento das Ciências Sociais¹

Brasil-Mozambique: Un estudio comparado del establecimiento de las Ciencias Sociales

Brazil-Mozambique: A Comparative Study about the Establishment of Social Sciences

RESUMO

A institucionalização das Ciências Sociais não coincidiu com o seu surgimento e, em alguns contextos, como o brasileiro, o estabelecimento das mesmas resultou da aglutinação de dois modelos de escolas (a europeia se funde com o modelo norte-americano, especialmente o da Escola de Chicago). Todavia, parece ser através do modelo da escola posterior (o norte-americano) que caracteriza o Brasil na edificação do domínio das ciências da sociedade, através da combinação entre teoria e pesquisa. Este trabalho objetiva analisar comparativamente a formação das Ciências Sociais no Brasil e em Moçambique. Tem como suporte metodológico a revisão bibliográfica e a interpretação de alguns dados existentes sobre a temática; formulando a seguinte proposta: enquanto nos dois países a instituição da Sociologia, Antropologia e Ciência Política é tardia, a construção das Ciências Sociais no Brasil é resultante dos modelos de duas grandes escolas, a europeia e a norte-americana; em Moçambique nota-se maioritariamente o estabelecimento das mesmas a partir de um único paradigma, o europeu herdado da colonização.

RESUMEN

La institucionalización de las Ciencias Sociales no coincidió con su aparición y, en algunos contextos, como el brasileño, el establecimiento de la misma fue el resultado de la mezcla de dos modelos de escuelas (la europea se funde con el modelo norteamericano, en especial la Escuela de Chicago). Sin embargo, parece ser el modelo posterior (el de la escuela norteamericana) el que caracteriza en Brasil la construcción del dominio de las ciencias sociales mediante la combinación de teoría e investigación. Este trabajo tiene como objetivo realizar un análisis comparado de la formación de las ciencias sociales en dos países (Brasil y Mozambique). Tiene como soporte metodológico la revisión bibliográfica y la interpretación de algunos datos existentes sobre el tema, formulando la siguiente hipótesis: Mientras que en ambos países la institución de la sociología, la antropología y las ciencias políticas es tardía, la construcción de las ciencias sociales en Brasil es el resultado de los modelos de dos grandes escuelas (la europea y la norteamericana); en Mozambique se nota sobre todo el establecimiento de la misma a partir de un paradigma único, el europeo, heredado de la colonización.

ABSTRACT

The institutionalization of Social Sciences did not coincide with its emergence, and in some contexts, such as the Brazilian one, its establishment resulted from the merger of two school models (the European model merges with the American one, especially with the school of Chicago). However, it seems to be the latter model (the American one) which characterizes Brazil regarding the building of its Social Sciences domain by combining both theory and research. Based on the review and interpretation of the literature concerning the existing data on the subject as its supporting methodology, this paper formulates the following thesis: whereas in the two countries the institution (of Sociology, Anthropology and Political Science) appears later and the construction of Social Sciences in Brazil is a result of the two merging schools (European and American), the Mozambican institutionalization of Social Sciences comes mainly from a unique paradigm, the European one, which was inherited from colonization.

1. Introdução

O fato de que a inserção das Ciências Sociais foi um sucesso no Brasil caracteriza as teses de muitos cientistas sociais do país. Cientistas renomados, como Florestan Fernandes (1980), Wanderley Guilherme dos Santos (1963), Sérgio Miceli (1995) e tantos outros, preocuparam-se com a temática do nexo Ciências Sociais e formação do país como Estado Nacional. Sobre o último autor (Miceli), suas análises parecem extrapolar o âmbito nacional, quando defende que o êxito logrado pelo Brasil atinente à projeção das Ciências da sociedade, bem como do domínio de investimento e incorporação das mesmas na investigação científica e tecnológica, é incomparável a qualquer outro sucesso que tanto se deu quanto poderá verificar-se na América Latina e nos Estados do terceiro mundo (Miceli, 1995: 9).

A partir dos autores acima referidos, parece ser indispensável a aferição de que o êxito do Brasil deve-se à maximização de incentivos inicialmente protagonizados por organismos internacionais através da Fundação Ford, o que resultou na instituição de *bureaus* governamentais competentes tanto para a geração de recursos quanto para o esboço de políticas que facilitaram posteriormente a independência econômica dos capitais vindos destes países do primeiro mundo. Conforme apontado na última seção deste artigo, um dos fatos que ditou tanto a institucionalização tardia, quanto o progresso dilatado, no caso de Moçambique, é a insuficiência destes tipos de iniciativas locais e uma dependência externa prolongada, a qual se alastrou consideravelmente na década de 1980, com os programas de reajustamento estrutural, até à atualidade, antagonizando-se desta forma o que se verificou no Brasil.

Antes de aprofundar-se especificamente na questão brasileira e moçambicana, olhando para o contexto global, as Ciências Sociais, com mais ênfase para a Sociologia e a Antropologia, eram inexistentes até a primeira fase da primeira revolução industrial, pelo menos na perspectiva sistemática. O caso da Sociologia, por exemplo, surge como tentativa de dar resposta às consequências dos efeitos protagonizados pela modernidade, sobretudo a industrialização, urbanização e revolução francesa (eventos econômicos e histórico-políticos), os quais provaram a insuficiência das Ciências da natureza na compreensão e interpretação de alguns fenômenos que emergiam na época.

Daí que, como observa Giddens (2001), a origem das Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) no século XIX e início do século XX, justificava-se sob princípios de cunho científico das Ciências naturais. Alguns dados que provam a conceitualização das Ciências Sociais pela justificativa das Ciências naturais estão presentes em pelo menos dois clássicos da Sociologia, nomeadamente Comte e Marx, só para citar alguns. Aquele definiu, por exemplo, a Sociologia como a física do social e este postulou ter descoberto as leis físicas que conduziriam a humanidade a um determinado fim histórico através da dialética e negação (tese, antítese e síntese) herdada de Hegel (Giddens, 2001:7-13).

A partir destes referenciais sobre a descrição das Ciências Sociais, é possível examinar os casos brasileiro e moçambicano, no que se refere à sua institucionalização. O restante do trabalho está organizado em quatro partes.

Na primeira (introdução) apresentam-se a gênese e fontes de dados para a elaboração da presente pesquisa; na segunda, discute-se a popularização e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, em seguida, considera-se o que se fez para o Brasil, mas desta vez para o caso de Moçambique. Na última parte, mostram-se pontos convergentes e divergentes sobre o estabelecimento das Ciências da sociedade nos dois países e apontam-se implicações e conclusões sobre o estudo.

Uma das maiores dificuldades para a presente pesquisa consistiu na obtenção de dados recentes

PALAVRAS-CHAVE
Institucionalizaçã;
Ciências Sociais;
Brasil; Moçambique

PALABRAS CLAVE
Institucionalización;
Ciencias Sociales;
Brasil; Mozambique

KEYWORDS
Institutionalization;
Social Sciences;
Brazil; Mozambique

Recibido:
01.05.2016

Aceptado:
17.11.2016

referentes às ciências sociais no Brasil, limitando-se o estudo às informações majoritariamente de Fernandes (1980), Santos (1963), Miceli (1995) e Vianna (1997), o que pode contribuir para uma comparação enfraquecida, tendo em conta que os fatos sobre Moçambique são muito mais recentes. Todavia, este aparente enfraquecimento justifica-se pelo fato de que, no último país, como se sublinhou anteriormente, a instituição das Ciências Sociais é muito recente, não existindo dados para comparação no período em que o Brasil começava a afirmar-se como construtor das ciências da sociedade.

2. A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil

A origem e institucionalização das Ciências Sociais no contexto brasileiro parece estar ancorada, como referimos na parte introdutória, ao triunfo e fusão de duas maiores escolas do pensamento ocidental, a europeia e a americana (Vianna, 1997: 219-32). Esta fusão sugere a construção identitária das Ciências da sociedade no país como resultado da luta de forças.

Uma das recentes descobertas sobre a concepção da ideologia do estabelecimento de qualquer campo como corolário de conflitos para estabilização de monopólios foi explorada por Bourdieu (2005 e 2000), embora este autor se preocupe pela validade probabilística da luta de forças para o campo econômico. Todavia, o conflito para o estabelecimento de qualquer dominação parece extrapolar o campo da economia a outras esferas de formação de valores, preços e ideologias. Dos Santos (1963), por exemplo, recuou no espaço e no tempo para advogar algumas teorias sobre as quais a origem da Sociologia, por exemplo, justificou-se pela luta em busca de uma nova ordem. Não obstante, qualquer ordem vigente seria resultado de conflito e contradições. Sendo assim, três aspectos estariam na origem de qualquer novo *nomus* como consequência das contradições com base (i) na situação social da totalidade, (ii) na historicidade e (iii) no lugar a que certos fenômenos sociais podem pertencer, os quais podem necessitar de uma reformulação (Dos Santos, 1963: 79-87).

O que está presente aqui parece ser uma radicalização da dialética hegeliana, não no sentido de tese, antítese e nova síntese, mas na perspectiva de que o surgimento ou formação de um novo campo, neste caso de uma nova ordem, foi, é e será caracterizada de contradições. Estas teses, podem elucidar-nos na percepção da magnitude de contradições existentes no âmbito da formação das Ciências da sociedade tanto no Brasil quanto em Moçambique. Mas como é que tudo começa no Brasil? Ou por outra, como é que ocorreu o surgimento de uma nova ordem das ciências sociais no país?

Conforme Fernandes (1980) descreve, as dificuldades enfrentadas pela Sociologia brasileira para sua institucionalização, o estabelecimento das Ciências Sociais, é alheio ao país e deu-se tardiamente. A compreensão das dificuldades que conduziram a este estabelecimento extemporâneo só pode ser decifrada, segundo o autor, através de uma análise retrospectiva histórica da formação do país, exigindo-se desta feita dois processos. Primeiro, é a retrospectiva do ponto de vista da secularização e, segundo, a investigação do impacto da racionalização como resultado da laicização do estado brasileiro (Fernandes, 1980: 25-49).

Parece que a nova ordem das Ciências Sociais no Brasil é consequência destas duas contradições (i) religião e (ii) irracionalidade, que conduziram a novas sínteses sobre laicização e ao senso, implicando a queda do poder laico e o surgimento do domínio do poder político para explicar a nova ordem. Os dois fenômenos (secularização e senso) só aparecem e consolidam-se no Brasil nos finais do século XIX e princípios do século XX, o que pode justificar a inexistência das ciências sociais no país anteriormente a este período.

Sobre o primeiro processo (o da secularização), seu aparecimento resulta da perda da hegemonia religiosa na determinação e definição das agendas do país. A secularização permitiu que temáticas importantes, tais como escravidão, colonização e racismo, impulsionassem uma nova análise e estudos sistemáticos sem barreiras externas, uma vez que as teorias que as haviam propagado eram então infundadas. Existem duas questões hipotéticas que podem advir a partir da crítica a estes temas, que estarão na origem da formação da Sociologia

para o caso brasileiro. A primeira é que o impacto da Antropologia Cultural² norte-americana, o qual parece surgir como repúdio à Antropologia física³, impregnava-se no país por meio de intelectuais brasileiros que tinham estudado no contexto social norte-americano, tendo alguns destes recebido formação de revolucionários científicos, tais como Boas e Gilberto Freyre, especialmente referendado na parte “Introdução” (Boas, 2004: 1; Freyre, 2006).

Neste âmbito, em muitos contextos, via-se cada vez mais a necessidade de substituir a Antropologia física pela social e cultural, o que podia acontecer através do estabelecimento de ciências que redesenhassem a ordem e o senso. Como resultado, algumas teses, como escravidão, colonização e racismo, que podem ser vistas como instrumentos tanto de dominação se considerarmos Marx (2005) quanto da reprodução da dominação, na perspectiva de Bourdieu (2009), uma vez teoricamente extintas com a secularização, impulsionaram a origem de instrumentos legais e científicos do debate e institucionalização dos principais temas das ciências sociais.

O que se verifica no Brasil parece, de certa forma, estar ligado ao contexto das duas grandes escolas em que acontecimentos históricos estiveram na origem das primeiras abordagens sociológicas na Europa para interpretar os problemas sociais que, na época, resultavam da revolução industrial, da consolidação do capitalismo e da revolução francesa. O mesmo se deu com o surgimento da sociologia urbana nos EUA, que aparece como instrumento de interpretação dos problemas que se tinham erguido a partir da expansão e integração urbana (Vianna, 1997:199).

No Brasil, houve outros acontecimentos históricos que estiveram associados à tal institucionalização. A secularização implicou (i) que a escravidão tivesse sido abolida, como já se referiu anteriormente, (ii) a secularização fosse resultado da instauração da primeira república, em 1889, e (iii) conseqüentemente a cisão entre o estado e a igreja. É por isso que Vianna (1997) equipara a desagregação do regime escravocrata e senhorial, e que culminou com o desenvolvimento da sociologia no Brasil, como tendo uma significação paralela à revolução burguesa que ditou a formação da Europa. Com os três acontecimentos

históricos observados, não só iniciava-se um novo iluminismo no âmbito da institucionalização das ciências sociais, mas dava-se também a formação do Brasil como Estado Nacional.

Com o estabelecimento da primeira república, por exemplo, surgiram livrarias, formaram-se mais cientistas sociais no país, alguns deles já referenciados. É com estes pensadores que começa a desenhar-se um novo olhar sobre os problemas da sociedade brasileira. Vianna (1997) mostra como as Ciências Sociais abriam novos horizontes para a análise dos problemas sociais no país a partir da herança das escolas norte-americana e europeia ao afirmar que:

Não por acaso, a primeira orientação das ciências sociais na academia volta-se para os estudos etnográficos, perdida a perspectiva da história, ponto de partida obrigatório das antigas elites intelectuais. Para tanto, foi certamente influente a presença dos professores estrangeiros com treinamento em antropologia social, valorizando-se os estudos dedicados ao folclore, ao negro, e ao imigrante, bem como as comunidades tradicionais sob o impacto do processo da modernização. De qualquer modo, essa primeira vocação já teria provocado uma “contração estrutural” como a diga Florestan Fernandes, com o projeto originário das elites responsáveis pela institucionalização das ciências sociais, uma vez que a disciplina nascente não se alinhava instrumentalmente a elas. Sérgio Miceli também identifica a mesma dissociação entre as elites fundadoras e os cientistas sociais que deram início ao processo da institucionalização das ciências sociais, atribuindo a uma colisão entre o projeto iluminista das elites locais com a irresistível profissionalização de sectores médios em ascensão social (Vianna, 1997: 206).

Com o estabelecimento da primeira república e reorganização do Estado nos anos 1930, houve no Brasil, de acordo com Vianna (1997), a implementação da Sociologia no ensino secundário, a criação da Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (USP) e o surgimento da própria USP, em 1934. Todos estes

acontecimentos, constituíam materialização ou prenúncio da ampliação da racionalidade, segundo processo através do qual o estabelecimento das Ciências Sociais no país pode ser compreendido.

A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil foi também facilitada através deste acontecimento histórico, o qual Fernandes (1980) considerou como racionalização. A racionalização corresponde na visão do autor ao período científico que começa com a institucionalização da USP, o que pode sugerir que todo o momento descrito anteriormente e correspondente às primeiras mudanças trazidas pela laicização do estado se enquadraria melhor ao chamado período pré-científico no Brasil. Mas, que acontecimentos históricos vão caracterizar as Ciências Sociais neste período e como esta racionalidade está ancorada aos avanços na ciência e na técnica providenciados por alguns agentes de fomento à pesquisa?

A visão da construção da Sociologia, por exemplo, em moldes racionais e que no Brasil constituiu uma das condições do estabelecimento das Ciências da sociedade parece ser característico de uma das ramificações da grande escola europeia (escola francesa), a qual desde Comte postulou a nova Ciência da sociedade como a ciência que ascendia do estado teológico, passando pelo metafísico e por fim ao estado positivo. Segundo Giddens (2001), Comte definiu estes estágios da seguinte forma: enquanto os dois primeiros justificavam a explicação dos fenômenos sociais em perspectivas teocêntricas e da natureza, respetivamente, o último seria o ápice das tentativas da explicação do mundo tendo em conta que o conhecimento científico é o único saber verdadeiro. O poder sacro era então insuficiente tanto para criar quanto para manter qualquer ordem (Giddens, 2001:8).

No Brasil, o positivismo de Comte não só impulsionou e moldou a formação tardia das Ciências Sociais, mas também a construção do país como nação, através da aplicação da racionalidade conforme observa (Abreu, 1990) em *A ordem do progresso*. É dentro desta ansiedade comtiana, de que o conhecimento científico é o único conhecimento verdadeiro, que se instalaram as primeiras universidades do Brasil, nomeadamente a USP, que se intitulou como fundadora de todas as áreas das Ciências Sociais. Posteriormente a esta

reforma da USP, reorganizou-se a universidade do Brasil em 1937, criou-se o centro brasileiro de pesquisas físicas em 1949, o primeiro programa de pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade do Rio de Janeiro, entre outras instituições e reformas que surgiram posteriormente no país (Vianna, 1997: 201; Schwartzman, 1981:13).

São vários os elementos que consubstanciam a aglutinação das duas maiores escolas (europeia e americana) no âmbito da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Primeiro é a presença de intelectuais tanto da escola francesa quanto alemã na formação da USP. Como resultado, houve no Brasil, em dado momento, o domínio da organização acadêmica através de cátedras, modelo de sistematização acadêmica europeia e mais forte na escola alemã. Este modelo foi posteriormente substituído por departamentos, escolas e institutos, uma forma de divisão de trabalho que, embora esteja presente em teóricos da escola europeia, tanto da Economia quanto da Sociologia, como Smith, Weber e Durkheim, para citar alguns, o quais se preocuparam com a organização e divisão do trabalho para maximização de resultados, quando se pensa sobre a universidade, tal modelo está mais presente na escola americana através da racionalização (Clark, 1983: 25).

Outro elemento significativo na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e que está mais ligado à escola americana é o nexa teoria e pesquisa, que vai caracterizar tanto a primeira geração de cientistas profissionais brasileiros quanto os atuais, alguns destes formados na universidade de Chicago, incluindo Donald Pierson (Guimarães, 2011: 5).

Correa conceptualizou os avanços da instituição das Ciências Sociais no Brasil, sobretudo da Antropologia em termos de: surgimento da Antropologia Social no Museu Nacional, em 1968, remodelação da pós-graduação já existente na USP, em 1970, criação do programa de mestrado na Unicamp, em 1971 e, um ano depois, em 1971, a instalação do mesmo programa na Universidade de Brasília, mostra como a aglutinação das duas escolas nos cursos oferecidos neste período, se repercutia pela composição do corpo docente que tinha formação anterior ou era oriundo das escolas americana, europeia ou brasileiras, sobretudo

no Museu Nacional, Universidade de Brasília e Unicamp (Correa, 1995:35-65).

A existência de agências de fomento à pesquisa como mecanismo de empoderamento da institucionalização das Ciências Sociais e da integração de teoria e investigação parece ser algo que o Brasil herdou das duas escolas. No país estas agências de fomento à pesquisa através da atribuição de fundos para estudo de problemas empíricos relevantes incluem (i) FINEP-Financiamento de Estudos e Projetos, (ii) Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), (iii) Conselho Nacional para o Desenvolvimento da pesquisa (CNPQ) e (iv) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Vianna, 1997:222).

Neste contexto de fomento à pesquisa e financiamento às Ciências Sociais, o Brasil apresenta-se relativamente bem-sucedido quando equiparado a outros contextos que podem aqui ser apontados como referências. Conforme Giddens (2000), no caso norte-americano, por exemplo, existe uma crise das Ciências Sociais e o abandono de cientistas sociais renomados para fundar novas áreas de conhecimento, como abaixo descrito:

[...] Existe algum indício de que estudiosos de talento, outrora interessados em trabalhar com a sociologia, tenham migrado para outros campos de atuação? Não resta dúvida de que, nos anos 60, alguns dedicaram-se a sociologia porque a viram, se não como uma alternativa de revolução, ao menos como algo novo e avançado. Hoje [...] (Giddens, 2000:17-8).

Contrariamente ao caso do Brasil, apesar de Miceli (1995) reconhecer o fracasso inicial das Ciências Sociais no país devido à inexistência de financiamento por parte das agências nacionais, como CNPQ e CAPES, instituídas na primeira metade da década de 1950 para subsidiar as Ciências exatas, panorama que se estendeu até os anos 1960, a questão brasileira torna-se única na medida em que as Ciências Sociais parecem ter logrado êxito, sobretudo a partir da década de 1980, período em que, no caso americano, iniciava-se a crise (Miceli, 1995: 19). O autor observa:

Os anos 70 e 80 marcaram o período áureo do apoio financeiro e institucional prestado por essas agências de fomento às ciências sociais brasileiras. No caso da CNPQ, por exemplo, a crescente incorporação dessas disciplinas entre as prioridades de atendimento a partir de meados dos anos 70 foi se traduzindo numa série de mudanças nas modalidades internas de operação. Quando da implantação dos comitês assessores, as dezassete subáreas e disciplinas em ciências sociais foram todas alojadas em apenas dois comitês, depois tendo se elevado a quatro em 1982 e a seis em 1984. Na primeira metade dos anos 80, a expressiva abertura aos cientistas sociais no CNPQ pode ser confirmada através das taxas de expansão da quantidade e do montante financeiro de bolsas e auxílios, modalidades preferenciais de apoio dessas agências. [...]. Em termos do número de auxílios à pesquisa, concedidos pela mesma agência entre 1972 e 1979, a área de ciências humanas e sociais cresceu muito mais que todas as demais, logrando uma taxa média de crescimento anual de 38,7% comparada aos 14,8% das áreas concorrentes. A posição das ciências sociais consolidou-se ainda mais nos anos 80 conforme demonstra a evolução do número de bolsas no país e no exterior nesse período, as ciências humanas e sociais tendo alcançado a taxa anual de crescimento de 21,38%, a mais elevada dentre todas as áreas cujo crescimento em conjunto não ultrapassou 8%. A presença global do CNPQ passou de 4% em 1974 para 16% em 1984. A Fapesp começou desde os anos 60 a conceder bolsas e auxílios de pesquisa às ciências sociais e às humanidades em geral, sendo que esse montante tem girado em torno de 12% dos recursos disponíveis, evidenciando-se desde 1982 uma tendência inequívoca à expansão da demanda por recursos nas áreas mencionadas. [...] A Finep começou o financiamento das ciências sociais em 1974 atendendo apenas poucas instituições cariocas [...], (Miceli, 1995: 23-4).

A partir destas teses, pode-se inferir que, embora a instituição das Ciências Sociais no Brasil tenha muito a ver com a escola norte-americana, o

sucesso das mesmas é diferenciado de outros contextos globais. Enquanto no Brasil os dados estatísticos que vão desde a institucionalização das ciências sociais tendem a crescer, na escola norte-americana, por exemplo, os mesmos são decrescentes, como apontado nas tabelas 2.1 e 2.2 e no quadro 2.1 abaixo, concernentes a três escolas que estabeleceram as ciências sociais em períodos diferenciados, nomeadamente a brasileira, a norte-americana e a inglesa, o que faz da situação brasileira singular no que se refere às conquistas por este logrado.

Tabela 1

Alguns resultados da evolução da institucionalização das ciências sociais no Brasil				
Ano	Total de alunos	Ciências Sociais	Bolsas	Instituições
1964	100.000	25.260		
1978			8.410	
1986	1.418.196			
1991	1.565.056	899.067		78
1994			33.995 FAPESP CAPES 35% do total de bolsas	

Fonte: Vianna (1997: 225-26).

Tabela 2

Alguns resultados da evolução da institucionalização das ciências sociais nos EUA		
Ano	Graduações em C. Sociais	Departamentos de C. Sociais fechados
1973	36.000	
?		Sociologia: Universidade de Washington
?		Yale: Recursos cortados a metade
1994	15.000	

Fonte: Giddens (2000: 12-3).

Descrição dos resultados da institucionalização das ciências sociais na escola inglesa:

[...]. No entanto pode-se, sem dúvida, sustentar-se que a sociologia britânica vem fazendo um trabalho melhor do que o realizado em gerações anteriores. Comparam-se, por exemplo, os progressos da sociologia na Grã-Bretanha nos últimos anos com os da antropologia. [...] já a sociologia Britânica dispõe de um grupo de indivíduos que gozam de reputação internacional como John Goldthorpe, Steven Lukes, Stuart Hall, Michel Barrett, Ray Pahl, Janet Wolf e Michael Mann. Além disso, em termos puramente estatísticos, a sociologia não se encontra em decadência na Grã-Bretanha do mesmo modo de grande popularidade nos Estados Unidos (Giddens, 2000:18).

Embora a interpretação destes dados seja reservada para a última seção do trabalho é pertinente sublinhar que, no caso do Brasil, em termos numéricos, as estatísticas mostram o aumento crescente em vários indicadores, especificamente no número de ingressos, no de recursos alocados para fomento de pesquisa nas Ciências Sociais, bem como no número de agências ligadas ao fomento de pesquisa neste campo, o que não se verifica, por exemplo, tanto na escola norte-americana, onde existia uma crise, quanto em Moçambique, onde a inexistência de *bureaus* similares pareceu contribuir para uma lenta institucionalização das ciências sociais, conforme analisamos a seguir.

3. Institucionalização das Ciências Sociais em Moçambique

A seção anterior centrou-se na análise da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e explicou-se até que ponto esta foi tardia. Na mesma deu-se ênfase a dois fenômenos significativos para a compreensão do estabelecimento das Ciências da sociedade no país, nomeadamente a secularização e a racionalização. Esta parte investiga a questão de Moçambique. A mesma incide-se sobre a popularização das ciências sociais para, em seguida,

mostrar como esta encontra-se ou diverge-se de alguns dos dados discutidos anteriormente sobre o Brasil.

Se no Brasil o surgimento das Ciências Sociais foi tardia, em Moçambique o mesmo deu-se muito mais tarde e o debate nacional sobre elas é recente. Tudo parece começar em 1975, com a independência do país, até então sob o domínio colonial português. Com a independência, instalou-se a primeira república em 1975 e, um ano depois, em 1976, criou-se a primeira universidade do país (primeira no contexto de preocupar-se com os interesses nacionais), a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), instituição cujo objetivo de seu estabelecimento, em 1962, era propiciar o ensino superior aos filhos dos portugueses nascidos nesta província ultramar, conforme ficaram conhecidas as colônias portuguesas no continente africano (Rosário, 2013:1).

Várias reformas iniciaram posteriormente à independência do país, nomeadamente a laicização do Estado e a posterior nacionalização de algumas das instituições do Estado, incluindo o ensino superior. Foi através desta nacionalização que se deu uma nova identidade à universidade, introduzindo-se o estudo das Ciências Sociais no contexto e conteúdos relacionados com o país.

Desta feita, aquilo que se categoriza como Ciências Sociais no contexto de Moçambique, está vinculado a arenas como Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, só para mencionar algumas áreas. Uma ilustração da definição dos campos que compõem as Ciências Sociais está representada no quadro abaixo,

Quadro 1

Exemplo da conceitualização das ciências sociais em duas universidades públicas do país (Universidade Eduardo Mondlane-UEM e Universidade Pedagógica-UP).	
Ciências sociais na UEM 1. História 2. Geografia 3. Antropologia 4. Sociologia 5. Ciência Política	Ciências sociais na UP 1. Filosofia 2. História 3. Geografia

Fonte: Elaboração própria a partir da leitura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da UEM e de Ciências Sociais da UP.

extraído das duas primeiras maiores universidades que se instalaram no país após a independência e que seriam representativas do que pode entender-se por universidade em Moçambique (Quadro 1).

A institucionalização das Ciências Sociais tanto em Moçambique quanto em muitas outras ex-colônias europeias na África construiu-se a partir do modelo aplicado pelos seus colonizadores e que se pode compreender tendo em conta a seguinte tríade: os países anglófonos herdaram o modelo inglês, os francófonos, o francês, e os lusófonos, o modelo português. Moçambique enquadra-se na última categoria, uma vez tendo sido colonizado por Portugal. Desta feita, nota-se no contexto moçambicano desde a fundação das primeiras universidades, um tipo de Ciências de sociedade feita em moldes focalizados apenas ao ensino, resultando numa insuficiência na integração de teoria e pesquisa nas universidades do país. Tal fenômeno contraria o que se sublinhou na seção 2 sobre o Brasil, onde o sucesso das Ciências Sociais deveu-se em grande medida à maximização do nexu ensino e investigação.

Consequentemente, o que parece constituir-se como desafio tanto atual quanto futuro, no que concerne às Ciências Sociais em Moçambique, é a agregação da tríade ensino, pesquisa e extensão, o que possibilitaria o país caminhar para o triunfo alcançado no Brasil. Todavia, a contextualização do sucesso desta combinação teoria e pesquisa, pode constituir um desafio para Moçambique no redesenho das estratégias do estabelecimento das ciências sociais. A pesar de algumas universidades do país terem começado a perceber esta ausência, a inexistência de agências de fomento para pesquisa suficientes no campo das Ciências da sociedade faz com que tudo dependa maioritariamente do financiamento do Estado, num período em que debate-se a insuficiência do mesmo para sustentar não só as ciências sociais mas também a universidade.

Em alguns casos, tanto na África quanto noutros, como mostramos antes para o caso dos EUA, esta insuficiência dos Estados para sustentar o ensino superior, cujas taxas de retorno são tidas como inferiores sobretudo em países em via de crescimento, como Moçambique, faz com que as agências financiadoras reduzam os fundos

inicialmente alocados para as universidades em favor do ensino primário e secundário, abrindo-se espaço para a privatização do ensino superior (Tilack, 2007:18). Em Moçambique esta abertura começou na década de 1990, através da Lei 1/93, de 24 junho, que permitiu a criação das primeiras universidades particulares. Todavia, tal iniciativa parece aumentar cada vez mais o sucesso relativo das ciências sociais no país ao menos em termos de conquistas numéricas de acesso às mesmas (Ministério da Educação, 2012:5).

De acordo com os dados publicados pelo Ministério de Educação, através da Direção para a Coordenação do Ensino Superior (DICES) e fornecidos pelas instituições do ensino superior do país, o campo das Ciências Sociais é, atualmente, um dos líderes em termos numéricos de alunos matriculados, entradas e saídas, como mostram as tabelas abaixo sobre uma situação definida aleatoriamente no intervalo de cinco anos, especificamente nos anos de 1997 e de 2012 (Tabela 3 e Tabela 4).

Este é o panorama que parece resumir como as Ciências Sociais foram implementadas em Moçambique, bem como os resultados até aqui almejados desde a sua institucionalização. A partir destes dados é possível estabelecer um diálogo entre alguns pontos de encontro e desencontros no sucesso do estabelecimento das mesmas nos dois países (Brasil e Moçambique).

4. Análises comparativa entre Brasil-Moçambique, palavras finais e implicações do estudo

O presente trabalho tinha como escopo fazer uma análise retrospectiva e histórica sobre a institucionalização das Ciências Sociais em dois países, nomeadamente Brasil e Moçambique. Todavia, isso serviu apenas de guião para mostrarmos a descoberta de alguns pontos de encontro e desencontro entre os dois Estados no que se refere à instituição e popularização das Ciências da sociedade. Mais ainda, o estudo mostrou a gênese das Ciências Sociais como estando impregnada na revolução industrial, urbanização e consolidação do capitalismo, o que suscitou na

necessidade de se interpretar os fenômenos sociais em moldes das ciências da natureza.

Esta necessidade para compreensão e encontro de respostas a fenômenos que as Ciências naturais tinham revelado insuficientes de se encontrar resultou no surgimento de várias pequenas escolas de Ciências Sociais dentro das duas maiores apresentadas ao longo do artigo (escola europeia e norte-americana). O sucesso das duas escolas, bem como a sua expansão, repercutiu-se na forma como Moçambique e Brasil maximizaram a institucionalização das Ciências Sociais. Para o caso do Brasil, a internalização das grandes equações das escolas acima citadas deu-se através da criação de agências governamentais especializadas para subsidiar recursos financeiros em muitas das áreas de produção de conhecimento.

O sucesso de Brasil foi também definido através das estratégias adotadas, incluindo a aglutinação das metodologias científicas aplicadas nas duas escolas (europeia e americana), embora os elementos da escola posterior, tais como teoria e pesquisa, divisão acadêmica através de departamentos, escolas e faculdades, parecem ter sido mais internalizados no Brasil, contrariamente ao sistema de cátedras maioritariamente vigente na escola europeia. Das várias teses formuladas sobre o estudo, pode-se tecer algumas conclusões pontuais e implicações.

Como ponto de partida, tanto no Brasil quanto em Moçambique, é indubitável o estabelecimento das Ciências Sociais. Ainda nos dois países, esta institucionalização apresentou e continua a apresentar progressos em vários domínios, incluindo o aumento de financiamentos para a sustentabilidade dos cursos ligados a Ciências Sociais, o aumento também nestas áreas inclui o número de entradas e saídas (*inputs* e *outputs*), bem como de estudantes que se mantêm nestes cursos, conforme as Tabelas 3 e 4 indicam sobre Moçambique. Existem nos dois contextos (Brasil e Moçambique) elementos da divisão do trabalho para produção do conhecimento em moldes popularizados pela escola norte-americana em termos de escolas, institutos, departamentos e faculdades, embora Moçambique mantenha o modelo português, herdado da colonização.

Tabela 3

Alguns dados dos resultados da institucionalização das ciências sociais em Moçambique - 1997			
Área de Formação	Matriculados	Novos ingressos	Graduados
Educação	17.390	9.604	1.306
Letras e Humanidades	1.144	342	116
Ciências Sociais, Gestão e Direito	11.744	4.123	1.103
Ciências naturais	3.645	1.190	295
Engenharia, Manufatura e construção	4.198	1.048	348
Agricultura Florestal e veterinária	1.677	563	213
Saúde e bem estar	1.692	406	55
serviços	946	421	83
Outras ciências não classificadas	797	619	248
Total para todas as instituições	43.233	18.316	4.580

Fonte: Ministério da Educação (2006: 3).

Tabela 4

Alguns dados dos resultados da institucionalização das ciências sociais em Moçambique - 2012			
Área de Formação	Matriculados	Novos ingressos	Graduados
Educação	8.320	2.526	960
Letras e humanidades	9.588	1.985	1.730
Ciências Sociais, Gestão e Direito	28.132	7.387	3.017
Ciências de Comportamento	7.472	2.018	1.316
Jornalismo e Informação	156	25	0
Total das instituições	81.576	19.674	7.533

Fonte: Ministério da Educação: Direção para a Coordenação do Ensino Superior, 2012: 12.

Os pontos de divergência sobre o estabelecimento das Ciências Sociais nos dois países, são vários relativamente ao que os une. Primeiro, apesar da instituição das Ciências Sociais ser tardia nos dois contextos, comparativamente às escolas europeias e norte-americanas, no caso de Moçambique, a instituição dos cursos das Ciências Sociais, dá-se muito mais tardiamente em relação ao Brasil. Enquanto nos anos 1970, nesse país começavam os primeiros cursos de pós-graduação em Ciências Sociais, em Moçambique, apenas iniciava a implementação das primeiras universidades públicas.

A definição do que se considera Ciências Sociais é divergente entre os dois países. Enquanto no Brasil a referência a Ciências Sociais, em termos de História, Geografia, Filosofia, Ciência Política, Sociologia, Antropologia, entre outras, passou depois dos anos de 1950 e 1960 a limitar-se para a tríade Sociologia, Antropologia e Ciência Política, em Moçambique, esta categorização é antagônica. A mesma é também divergente entre diferentes instituições dentro do país. Referindo a alguns dos exemplos apresentados na seção 3 sobre Moçambique, duas universidades públicas foram referidas para indicar como as mesmas divergem no agrupamento das várias disciplinas das Ciências Sociais. Enquanto na UEM as Ciências Sociais aglutinam cursos como Geografia, História, Ciência Política e Sociologia, o curso de Filosofia tem sua faculdade dissociada das disciplinas aqui referidas. Na UP, já não é assim. O que esta última instituição define como Ciências Sociais inclui Filosofia, Geografia e História, observando-se a ausência de cursos como Sociologia, Antropologia e Ciência Política na mesma categoria. Estas são divergências em apenas duas instituições do ensino superior do país.

As diferenças acima sugerem que não existe uma única forma de aglutinar as arenas que compõem as Ciências Sociais, uma vez que a classificação pode ser divergente entre países ou mesmo entre instituições dentro de um único país, como é o caso de Moçambique. Um outro ponto de divergência entre o Brasil e Moçambique é a existência de agências de fomento à pesquisa como forma de financiamento ao sucesso das Ciências Sociais num país e a não existência noutro. Um dos instrumentos que o Brasil aplicou desde 1970 para maximizar o sucesso das Ciências Sociais, foi, como

anteriormente descrita, a institucionalização, a partir da década de 1950, de agências, tais como FINEP, FAPESP, CAPES e CNPQ, *bureaus* de incentivo e subsídio à pesquisa nas diferentes áreas de conhecimento. A existência destes mecanismos impulsionou significativamente a transformação das Ciências Sociais em modelos de busca de soluções a problemas concretos da sociedade à maneira das ciências naturais.

Ainda mais, parece ser através destes mecanismos que as instituições do ensino superior do país conseguem conciliar a tríade ensino, pesquisa e extensão. Em Moçambique, políticas similares são inexistentes ou insuficientes, pouco se fala das mesmas. O financiamento de qualquer arena de produção de conhecimento no contexto de Moçambique depende maioritariamente dos fundos disponibilizados pelo Estado através do Ministério das Finanças, sendo feito de três estratégias: (i) através da negociação entre as instituições com o Ministério, (ii) pelo financiamento direto sem negociação e (iii) financiamento por número de estudantes (Uetela, 2014: 25-6). Outras formas de sustentabilidade das mesmas inclui doações, taxas de matrículas e geração de renda dentro das instituições do ensino superior (Uetela, 2016: 164 - ss).

Sendo assim, embora os dados estatísticos apresentados para a quantificação do sucesso das Ciências Sociais nos dois países possam não ser representativos para os resultados até aqui apresentados, os mesmos podem ser resumidos da seguinte forma: no Brasil, havia em 1964, período em que as Ciências Sociais passam a ser categorizadas em Sociologia, Antropologia e Ciência Política, 25.260 estudantes que cursavam Ciências da sociedade. Em 1991, este número tinha aumentado para 899.067. Embora não tenha sido possível ter acesso à atualização destes dados, a partir do trabalho de Vianna (1997), é possível perceber que os mesmos tendem a crescer. Como mostram os resultados do estudo realizado pelo mesmo autor, o financiamento das Ciências Sociais através de bolsas de fomento à pesquisa tende também a aumentar anualmente.

Em Moçambique, embora se note a insuficiência de bolsas de fomento à pesquisa, o que resulta na fraca integração da tríade ensino pesquisa e extensão, os

dados estatísticos apresentados na seção anterior mostram, por exemplo, que em 1997 havia em todo o país 11.744 estudantes matriculados nas Ciências Sociais, 4.123 novos ingressos e graduaram-se em todo o país 1.103 formandos nesta área. Estes dados colocaram o campo das Ciências da sociedade como segundo maior posicionado depois da educação, a qual revelou em igual período e categorias, 17.390, 9.604 e 1.306, respectivamente. Como este sucesso progrediu nos anos posteriores? Para o mesmo caso de Moçambique, em 2012, os dados mostram que para o campo das Ciências Sociais, o número de matriculados havia duplicado de 11.744, em 1997 para 28.132, em 2012. Em 1997, houve 4.123 novos ingressos na mesma área de Ciências Sociais tendo subido para 7.387, em 2012. Por fim, o número de graduados em 1997 era de 1.103 e, em 2012, passou para 3.017, o que fez as Ciências Sociais ascender à liderança a partir daquele período nas três categorias (ingressos, matrículas e graduações), comparativamente às Ciências de educação, que eram anteriormente dominantes.

Apesar deste sucesso, há necessidade de se refletir sobre várias questões nos dois países. Primeiro, é pensar-se sobre o nexos, sucesso das Ciências Sociais e sua validade futura. O Brasil parece ter avançado significativamente em relação a Moçambique por ter conseguido fortalecer a aglutinação da teoria com a pesquisa, à medida que foram surgindo algumas agências de fomento para Ciências Sociais, tais como a FAPESP, CAPES e CNPQ. Algumas destas, inicialmente só podiam financiar projetos que contribuiriam para a resolução de problemas empíricos, o que potenciou as Ciências Sociais no país na busca de soluções concretas para a sociedade. O fraco aproveitamento desta estratégia por parte de Moçambique faz com que o presente estudo recomende que a institucionalização das Ciências Sociais neste país seja acompanhada de políticas e estratégias que incentivem teoria e pesquisa. Segundo, como se referiu para o caso dos EUA, a institucionalização das Ciências Sociais foi primeiramente acompanhada por um sucesso que apesar de ter atingido seu ápice na década de 1970, nos anos subsequentes viu-se um fracasso devido ao corte de fundos alocados para estas áreas, bem como ao encerramento de alguns departamentos de sociologia, como foi para o caso de Yale e da Universidade de Washington (Giddens, 2000:12-3).

Esta experiência das Ciências Sociais no contexto norte-americano pode servir de iluminismo, tanto para o Brasil quanto para Moçambique, para a maximização de esforços que transformem as Ciências da sociedade em Ciências cada vez mais voltadas ao estudo de problemas empíricos que afetam os dois países. Por fim, algo que necessita de aplicação e renovação constante de estratégias de sucesso neste campo nos dois países aqui analisados é o questionamento de como o triunfo, que aparentemente verifica-se nos dois contextos, pode ser maximizado e perpetuado de tal forma que não se torne futuramente uma crise, como ocorre com o futuro das Ciências Sociais no contexto apresentado dos EUA e recentemente no caso do Japão, em que, segundo as notícias do *ranking* mundial das universidades, uma intervenção ministerial sugere o encerramento de todas as faculdades de Ciências Sociais e Humanas do país.

NOTAS

¹ Este artigo é uma ampliação da comunicação apresentada na I Semana Internacional de Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista de Marília, em outubro de 2015.

² A Antropologia Cultural é aqui apresentada como ciência que enfatiza a relevância da diferença das culturas como importante fator para perceber as diferenças entre os homens.

³ A Antropologia física foi uma corrente de pensamento que popularizou-se pela máxima de que algumas características físicas dos homens são determinantes para classificações binárias, tais como superioridade-inferioridade, dominador-dominado, senhor-escravo e outras categorias. Conforme observamos no texto, esta corrente foi repudiada pela necessidade de perceber as diferenças culturais como algo mais significativo do que a simples especulação da superioridade e inferioridade como algo que pode ser influenciado pelas características físicas dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. (org.) (1990). *A Ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

BOAS, F. (2004). *Antropologia Cultural*. Textos Selecionados, apres. e trad. Celso Castro, Rio de Janeiro: Zahar. 6ª ed.

BOURDIEU, P. (1997). O campo econômico. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 119, setembro. Trad. de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. *Revista Política e Sociedade*, nº 6 Abril, 2005. pp. 48-66.

BOURDIEU, P. (2000). *O campo econômico. A dimensão simbólica da dominação*. Trad. de Roberto Leal Ferreira; revisão técnica de Daniel Lins. Campinas: Papirus.

BOURDIEU, P. (2009). *A reprodução: elementos para uma teoria de sistema do ensino*. Trad. de C. Perdigão Gomes da Silva, Lisboa: Ed. Vega.

CLARK, B. (1983). *The Higher Education System: academic organization in cross-national perspectives*. California: University of California Press, Berkeley.

CORREA, M. (2010). A Antropologia social. Em: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumare, vol. 2. pp. 25-106.

DOS SANTOS, W. (1963). *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

FERNANDES, F. (1980). Desenvolvimento histórico social da Sociologia no Brasil. Em: *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes. pp. 25-49.

FREYRE, G. (2006). O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro. Em: *Casa Grande & Senzala*. Brasília: Ed. da UnB. pp. 447-96.

GIDDENS, A. (2000). *Em defesa da Sociologia. Ensaios, Interpretações e Tréplicas*. Trad. de Roneide Venâncio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Fundação Editora da Unesp.

GIDDENS, A. (2001). *Sociologia*. Trad. de Alexandre Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil-coordenação; revisão científica de José Manuel Sobral. Lisboa: Polity press, 8ª ed.

GUIMARÃES, R. (2011). *A Escola de Chicago e a Sociologia no Brasil. A passagem de Donald Pierson pela escola livre de Sociologia e Política de São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Araraquara, São Paulo.

LEVI-STRAUSS, J. (1976). *Levi Staruss: estruturalismo e teoria Sociológica*. Trad. de Maria Isabel da Silva; revisão técnica de Marcia Bandeira de Melo Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar.

MALINOWSK, B. (1962). *Uma teoria científica da cultura*. Trad. de José Auto. Rio de Janeiro: Zahar.

MARX, K. (2005). *Crítica da Filosofia de Direito de Hegel*. Trad. de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. Rio de Janeiro: Boitempo.

MICELI, S. (1995). História das Ciências Sociais no Brasil. Em: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2ª ed.

MOZABICAN MINISTRY OF EDUCATION. (2012). Direção para a Coordenação do Ensino superior. *Dados Estatísticos do Ensino Superior de 2010*, Maputo 2012.

MOZABICAN MINISTRY OF EDUCATION AND CULTURE. (2006). Direção para a Coordenação do ensino Superior. *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique*, Maputo.

ROSÁRIO, L. (2013). Ensino Superior na África. Universidades Moçambicanas e o Futuro de Moçambique. *Revista Ensino Superior*, nº 10 junho-setembro.

RUEGG, W. (1992). Themes in Higher Education. The Ridder-Symoens (ed). *A History of the University in Europe*, vol. 1. pp. 3-34.

SCHWARTZMAN, S. (1981). *Ciência, Universidade e Ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.

TILACK, J. (2007). Higher Education and Development in Asia. *Asian Bank of Development Report*, 2007.

UETELA, P. (2016). *Higher Education and Development in Africa*. London: Palgrave Macmillan.

UETELA, P. (2014). Brasil Moçambique: Encontros e Desencontros nos mecanismos de Democracia participativa Escolar. *Revista Movimentação*, vol.1, nº1, outubro 2014. pp. 18-31.

VIANNA, L. (1997). A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. Em: *A Revolução Passiva*. Rio de Janeiro: Revan. pp. 173-222.